

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : O Lebeial (PA) ~~XXXXXXXXXX~~

CLASS. : _____

DATA : 23.01.85

PG. : _____

4468

Lucio Flavio Pinto

Minério barato

Agricultura explora as riquezas que afloram à superfície da terra. A mineração as extrai do subsolo. Mas ambas as atividades parecem caracterizar-se pela mesma instabilidade. Lidar com elas exige dedicação e sensibilidade. Os paraenses, que vão tornar-se os maiores produtores de bens minerais do país, deveriam começar a aprender — se possível, com rapidez e competência — como tratar a mineração.

Segundo os dados disponíveis e as projeções feitas pelo DNPM, o crescimento real da receita do IUM (Imposto Único sobre Mineraias) do Estado em 1984 será de apenas 3,5%. Ela pulou de 2,9 bilhões de cruzeiros em 1983 para 8,9 bilhões no ano passado (no período de janeiro a novembro). Foi uma evolução nominal de 202,6%. Descontada a inflação, o acréscimo reduziu-se a apenas 3,5%.

É possível que incluído o mês de novembro (também não computado nas estatísticas que Carlos Romano, do DNPM, preparou para o ano de 1983, permitindo assim uma comparação fidedigna), a receita do IUM em 1984 aproxime-se de 11 bilhões de cruzeiros. Representará uns 3% da arrecadação total do Pará. É pouquíssimo para um Estado que já é o segundo na produção mineral brasileira.

Entre 1982 e 1983 o crescimento real (descontada a inflação) do IUM foi de 104%. Há uma explicação para esse desmoronamento estatístico: Serra Pelada, a principal mina de ouro do país, entrou em recesso. Era ela a maior responsável pelo imposto extraído do ouro, à base do miserável — mas intocável — um por cento de alíquota. E o ouro domina todas as demais extrações minerais como contribuinte do fisco.

Sem Serra Pelada em plena atividade, o incremento na receita do IUM foi apenas para inglês ver: corrigidos monetariamente, os 2,9 bilhões de cruzeiros arrecadados em 1983 equivalem aos 8,9 bilhões de 1984. A preços de hoje, ambos valeriam 15 bilhões de cruzeiros. Mesmo que fosse para reinvestimento exclusivamente no setor mineral, seria uma verba pouco expressiva (e na verdade é diluída em vários fundos).

Os 201% de crescimento nominal do IUM no Pará ficaram bem abaixo dos 281% de expansão da receita desse imposto no país. Assim, a participação do Estado na arrecadação nacional foi de 3,4%, um contraste ritante com os 15% de participação paraense na produção física.

Este fato tem muito a ensinar aos que se iludem com essa "vocação" para a exportação de minério bruto e timidamente transformado. E também aos apressados defensores de certas teses superficiais, que pouco

modificam a essência dos problemas. Já somos constrangidos a ter que vender nosso filé mignon de hematita a algo em torno dos 20 dólares por tonelada, o mesmo preço do minério australiano, que tem quase metade da pureza do nosso. O comprador ganha o dobro por cada tonelada que nos compra. É assim que se tinge de vermelho choque a nossa conta de trocas.

Há ainda outra sangria: no retorno interno. Além de todas as questões ligadas à menor absorção de trabalhadores por causa do uso de máquinas e da necessidade de aplicar muito dinheiro devido à escala do empreendimento (eliminando qualquer veleidade de participação do capital regional ou mesmo nacional), os benefícios tributários são ridículos.

Seria uma miopia esperar os melhores rendimentos da mineração através de impostos. O ponto de equilíbrio desses projetos é tão precário que uma compressão fiscal e tributária poderia afastar investidores. O grande benefício vem da própria definição da atividade: não fazer extrativismo, mas aproveitar o máximo de beneficiamento e adotar modelos compatíveis não com os interesses da matriz, mas com as reivindicações do "hinterland" (o que exige drástica modificação no eixo das decisões).

Mas não é recomendável adotar filosofia na base do "se o estupro é inevitável, relaxe e aproveite", a não ser que tenhamos vocação atávica para o sadomasoquismo e perversões do tipo. Obviamente, não se conseguirá encontrar um caminho mais favorável ao Estado apenas invertendo mecanicamente as coisas: é preciso reflexão, conhecimento, a tal da "massa crítica" de que falam tanto os tecnocratas e acadêmicos. Não basta o rei decorar fórmulas e repeti-las como a tábua da lei.

Falar genericamente em alteração da alíquota do imposto diz pouco. O IUM do ouro é 1%, mas qualquer modificação tem que ser feita com extrema cautela. A alíquota da bauxita é de 4%, mas vale incomparavelmente menos do que a receita do ouro. É que, no caso da bauxita, a fonte do estupro está na base de cálculo, como ocorre no ferro. Calcula-se o imposto sobre o preço na boca da mina e não no porto de embarque, entre outras mumunhas.

Minérios de exportação dão ridículas respostas tributárias. E isto não ocorre por acaso. É que, até recentemente, os governantes aceitavam pagar a dívida do país com desemprego, miséria e fome. O novo governo promete transacionar apenas com dinheiro. Falta-lhe ainda ser, de fato, governo. E transformar palavras em atos.